Caderno Publicações Digitais
Diário do Acionista, 24 de março de 2025.

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2025.03.22 08:15:56 -03'00'

SERRA DA PRATA ENERGIA

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

CNPJ/ME nº 05.982.449/0001-16

Relatório da Administração - Apresentamos a seguir as demonstrações contábeis da **Energética Serra da Prata S.A.** e o relatório dos auditores independentes.

Balanço patrimonial em 31/12/2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.143	12.507
Contas a receber de clientes	5	7.357	9.288
Tributos a recuperar		758	714
Adiantamentos diversos		1.540	1.375
Total do Ativo Circulante		**10.798**	**23.884**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	6	4.125	14.386
Depósitos judiciais e cauções		1.994	838
Impostos Diferidos		15	505
Imobilizado	8	131.476	129.778
Intangíveis		59	80
Direito de uso	7	6.834	7.490
Total do Ativo Não Circulante		**144.503**	**153.077**
Total do Ativo		**155.301**	**176.961**

Passivo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores	9	1.765	1.542
Contas a pagar	10	221	7.494
Empréstimos	11	12.334	14.367
Passivo de arrendamento	7	496	393
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	12.1	91	111
Outros passivos circulantes		381	407
Total Passivo Circulante		**15.288**	**24.314**
Não Circulante			
Fornecedores	9	2.049	1.552
Empréstimos	11	5.563	16.690
Passivo de arrendamento	7	7.901	8.398
Outros Passivos não circulantes		1.014	1.014
Total Passivo Não Circulante		**16.527**	**27.654**
Patrimônio Líquido			
Capital social	15	87.810	87.810
Reserva de lucros	15	35.676	37.183
Total Patrimônio Líquido		**123.486**	**124.993**
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		**155.301**	**176.961**

Demonstração do resultado abrangente
Em 31/12/2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	50.193	49.917
Outros resultados abrangentes	-	-
Lucros líquido do exercício	**50.193**	**49.917**

Demonstração do resultado do exercício
Em 31/12/2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita Líquida	16	**70.719**	**70.433**
Custos dos bens construídos e serviços prestados	17	(17.418)	(16.519)
Resultado operacional bruto		**53.301**	**53.914**
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais	18	(52)	(724)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**53.249**	**53.190**
Despesas financeiras	19	(2.804)	(3.742)
Receitas financeiras	19	3.016	4.085
Resultado financeiro líquido		**212**	**343**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**53.461**	**53.533**
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(3.044)	(3.465)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	(224)	(151)
Resultado líquido do exercício		**50.193**	**49.917**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em 31/12/2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Capital social	Reserva de lucros: Reserva de lucros	Reserva de lucros: Reserva legal	Lucro/Prejuízo do Exercício	Total
Saldo em 01 janeiro 2023		**87.810**	**-**	**10.265**	**-**	**98.075**
Lucro líquido/Prejuízo do exercício		-	-	-	49.917	49.917
Constituição de reserva legal		-	-	2.496	(2.496)	-
Constituição de reserva de lucro		-	35.566	-	(35.566)	-
Distribuição de reserva de lucros		-	(11.144)	-	-	(11.144)
Dividendos mínimos obrigatório		-	-	-	(11.855)	(11.855)
Saldos em 31 dezembro 2023		**87.810**	**24.422**	**12.761**	**-**	**124.993**
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	15	-	-	-	50.193	50.193
Distribuição de reserva de lucros	15	-	(24.422)	-	-	(24.422)
Constituição de reserva legal	15	-	-	2.510	(2.510)	-
Constituição de reserva de lucro	15	-	20.405	-	(20.405)	-
Dividendos mínimo obrigatório	15	-	-	-	(11.921)	(11.921)
Dividendos adicionais aprovados (i)	15	-	-	-	(15.357)	(15.357)
Saldos em 31 dezembro 2024		**87.810**	**20.405**	**15.271**	**-**	**123.486**

(i) Dividendos adicionais que já foram pagos durante o exercício deliberados da Assembleia Geral via dividendos intercalares.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa
Em 31/12/2024 e 2023 *(Em milhares de reais)*

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**53.461**	**53.533**
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:		
Depreciação - imobilizado	5.483	5.496
Depreciação - arrendamento	656	657
Amortização - intangível	21	24
Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos	1.752	2.766
Juros - arrendamento	1.003	127
Baixa de Imobilizado	(2)	-
PIS e COFINS diferido	(224)	179
Rendimento sobre aplicação financeira	(1.295)	(1.700)
Lucro ajustado	**60.855**	**61.082**
Variações dos Ativos e Passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	1.931	(1.011)
Depósitos judiciais	(1.156)	(30)
Adiantamentos	(165)	(58)
Tributos a recuperar	(702)	(2.273)
Ativo fiscal diferido	490	-
Contas a pagar	(7.273)	(4.918)
Fornecedores e outras contas a pagar	727	(208)
Outros passivos	(26)	108
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**54.681**	**52.692**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.406)	(2.287)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**52.275**	**50.405**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(7.186)	(7.286)
Títulos e valores mobiliários	11.556	1.128
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	**4.370**	**(6.158)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(51.700)	(29.842)
Pagamento de empréstimos	(12.055)	(10.199)
Juros pagos de empréstimos	(2.857)	(3.270)
Pagamentos de arrendamentos	(1.397)	(1.397)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**(68.009)**	**(44.708)**
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	**(11.364)**	**(461)**
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	12.507	12.968
No final do exercício	1.143	12.507
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	**(11.364)**	**(461)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Em 31/12/2024 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto Operacional: A Energética Serra da Prata S.A. ("Espra" ou "Companhia"), com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, é uma Sociedade de Propósito Específico que tem como objeto social exclusivo explorar o complexo hidrelétrico Serra da Prata, através da construção e exploração de energia elétrica das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas): Cachoeira da Lixa, com capacidade instalada de 14,8MW; Colino 2, com capacidade instalada de 16,0MW; e Colino 1, com capacidade instalada de 11,0MW; as quais tiveram suas atividades operacionais iniciadas no ano de 2008, nos Municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu, localizadas no Sul da Bahia, com 41,8MW de capacidade instalada. A energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico Serra da Prata foi objeto de contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado com a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar), no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Por meio desses contratos de compra e venda de energia elétrica, a Espra vende toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada a longo prazo por um prazo de 20 (vinte) anos. O período de autorização da concessão da Espra é de 30 anos. Em 2024, a Companhia apresenta capital circulante negativo devido às estratégias de financiamento adotadas e às condições de mercado. Contudo, a companhia tem demonstrado resultados operacionais consistentes, o que assegura a geração de caixa suficiente para cumprir suas obrigações de curto prazo. Isso é respaldado pelo contrato de 20 anos, que garante uma receita estável e contínua, fundamental para a manutenção de sua saúde financeira. A Administração, portanto, está confiante de que, com as medidas em andamento, como a otimização da Eficiência Operacional e a Gestão do Capital de Giro, a Companhia será capaz de melhorar seu CCL e sustentar uma estrutura de capital sólida a longo prazo. **2. Apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de Conformidade -** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* ("IASB"), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação CPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 14 de março de 2025. **2.1. Moeda funcional e base de mensuração -** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. **3. Principais práticas contábeis:** As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. **3.1. Caixa e equivalente de caixa -** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Instrumentos financeiros -** Ativos financeiros - *Reconhecimento inicial e mensuração* - São classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. *Mensuração subsequente* - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas especificas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo). *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros* A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Passivos financeiros - São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2024, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. *Reconhecimento inicial e mensuração* - Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. *Mensuração subsequente* - A mensuração de passivos financeiros é como segue. *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado* - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. *Passivos financeiros ao custo amortizado* - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. *Desreconhecimento:* um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos -** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.4. Imobilizado -** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, ou pelo tempo máximo do contrato (CER), dos dois o menor. **3.5. Fornecedores -** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.6. Provisão de custos ambientais -** A Companhia reconhece em suas demonstrações contábeis provisão para custos socioambientais baseado em estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários para cumprir com as exigências regulatórias e ambientais de projetos incorridos. A análise quanto aos valores envolvidos nesta estimativa foi realizada pela equipe interna de especialistas ambientais da Companhia baseado em fontes de informações internas e externas as quais envolvem julgamentos. Os detalhes dessa provisão estão descritos na nota explicativa 10. **3.7. Empréstimos e financiamentos -** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferira liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço. **3.8. Dividendos -** A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto de 100% ou, se este for omisso, a importância será determinada de acordo com as seguintes normas: i) Metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) Importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e (b) Importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;" **3.9. Contingências -** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança. **3.10. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment") -** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.11. Demais ativos circulantes e não circulantes -** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.12. Demais passivos circulantes e não circulantes -** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.13. Reconhecimento de receita -** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. **3.14. Despesas operacionais -** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.15. Imposto de renda e contribuição social -** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

CNPJ/ME nº 05.982.449/0001-16

diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Conforme orientações do CPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia. Em 2024, a Companhia adotou o mesmo regime de tributação pelo lucro presumido conforme o ano anterior. **3.16. Despesas e receitas financeiras -** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros. **3.17. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2024 - 3.17.1 Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 -** Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes. As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1° de janeiro de 2024 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis, sendo as principais:

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa	IAS 7	01.01.2024
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros	IFRS 7	01.01.2024

3.17.2 Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes - As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas.

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial		01.01.2025
CPC 18 (R3) – Investimento	IAS 28	01.01.2025
CPC 02 (R2) – Efeitos das alterações nas taxas de câmbio	IAS 21	01.01.2025
CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	IFRS 1	01.01.2025
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas	IFRS 19	01.01.2027
CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis	IFRS 18	01.01.2027

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2025. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	5	5
Banco (i)	650	1.210
Aplicação financeira (ii)	488	11.292
Total	**1.143**	**12.507**

(i) O saldo de recursos em banco compreende a depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. (ii) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundos de investimentos e certificados de depósitos bancários, ambos com alta liquidez e indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e podendo ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. A taxa de remuneração da aplicação em 31 de dezembro de 2024 é de aproximadamente 104,97% do CDI e no ano de 2023 foi de aproximadamente 97,15% do CDI.

5. Contas a receber de clientes	31/12/2024	31/12/2023
Suprimentos de energia (i)	7.357	9.288
Total	**7.357**	**9.288**

(i) Refere-se ao contrato de compra e venda de energia firmado com a ENBPar, com recebimento de R$1.840 em 10/01/2025, R$1.839 em 20/01/2025, R$1.839 em 30/01/2025 e R$1.839 em 10/02/2025. Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Além disso, não há expectativa de perdas com as contas a receber da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de uma provisão de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa.

6. Títulos valores mobiliários	31/12/2024	31/12/2023
Aplicação financeira - conta BNB (i)	4.125	14.386
Total	**4.125**	**14.386**

(i) Os saldos apresentados referem-se à aplicação financeira de instrumento de renda fixa, com taxa de aproximadamente 98,00% de CDI em 2024 e aproximadamente 99,21% em 2023, vinculada ao financiamento do Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores. Em março de 2023, foi assinado o Segundo Aditivo de Retificação e Ratificação ao Contrato de Financiamento, que reduziu o valor mínimo exigido na conta reserva. Diante disso, a administração optou por resgatar o excedente, visando otimizar a gestão de caixa.

7. Arrendamento e Direito de uso: Composição e movimentação dos saldos

	31/12/2023	Depreciação		31/12/2024
Direito de uso (i)	7.490	(656)		6.834
	31/12/2023	**Juros**	**Pagamento**	**31/12/2024**
Obrigações por arrendamento (ii)	8.791	1.003	(1.397)	8.397
Total	**8.791**	**1.003**	**(1.397)**	**8.397**
Total circulante	**393**			**496**
Total não circulante	**8.398**			**7.901**

(i) Referem-se há 14 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2). (ii) Para a determinação do valor justo de arrendamento foi aplicada uma taxa de desconto calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variaram entre 8.08% a.a. e 13,14% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou autorização, o que for menor, conforme o caso. Os arrendamentos, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	31/12/2024
2026	493
2027	553
2028	622
2029	683
2030	5.550
	7.901

8. Imobilizado: Composição e movimentação dos saldos

	Tx anuais médias de dep. e amort. (i)	Valor Bruto				Depreciação acumulada				Valor líquido		
R$ Mil		31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	31/12/2024	31/12/2023	Depreci.	Baixas	31/12/2024	Adições Líquidas (A) + (B)	31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado em Serviço - Geração												
Terrenos		594	-	-	594	-	-	-	-	-	594	594
Reservatórios, barragens e adutoras	2,42%	95.797	-	-	95.797	(34.581)	(2.234)	-	(36.815)	-	58.982	61.216
Veículos	14,28%	16	-	-	16	(16)	-	-	(16)	-	-	-
Equipamentos de informática	13,79%	327	-	(7)	320	(272)	(9)	2	(279)	(7)	41	55
Máquinas e equipamentos	4,15%	65.095	9	-	65.104	(31.215)	(1.976)	-	(33.191)	9	31.913	33.880
Móveis e utensílios	9,94%	142	-	-	142	(139)	(2)	-	(141)	-	1	3
Edificações, obras e benfeitorias	3,36%	46.336	-	-	46.336	(19.480)	(1.262)	-	(20.742)	-	25.594	26.856
Subtotal		**208.307**	**9**	**(7)**	**208.309**	**(85.703)**	**(5.483)**	**2**	**(91.184)**	**2**	**117.125**	**122.604**
Imobilizado em Curso - Geração												
Obras em andamento		7.169	7.018	-	14.187	-	-	-	-	7.018	14.187	7.169
Adiantamento a fornecedores		5	159	-	164	-	-	-	-	159	164	5
Subtotal		**7.174**	**7.177**	**-**	**14.351**	**-**	**-**	**-**	**-**	**7.177**	**14.351**	**7.174**
Total do Ativo Imobilizado		**215.481**	**7.186**	**(7)**	**222.660**	**(85.703)**	**(5.483)**	**2**	**(91.184)**	**7.179**	**131.476**	**129.778**

(i) As taxas de depreciação são calculadas de acordo com a vida útil dos bens, para o cálculo é utilizado o prazo da concessão ou Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MSPSE), dos dois o menor. Para os exercícios de 2024 e 2023 a Companhia considerou a vida útil conforme o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE Resolução 674/2015. As imobilizações estão representadas por ativos de geração de energia elétrica das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) - A administração analisa periodicamente a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. O ativo imobilizado da Companhia, após análise interna da administração, não apresentou indício de perda, desvalorização ou dano fixo que pudesse comprometer o seu fluxo de caixa futuro. Dessa forma, a administração da Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor recuperável desses grupos de ativos nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **9. Fornecedores:** Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
O&M	353	706
Serviços de terceiros	1.140	260
Aluguel	2.049	1.552
Outros	272	576
Total	**3.814**	**3.094**
Passivo circulante	**1.765**	**1.542**
Passivo não circulante	**2.049**	**1.552**

10. Contas a pagar: Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
ENBPar (i)	221	7.494
Total	**221**	**7.494**

(i) O contrato de Compra e Venda de energia, celebrado entre a Companhia e Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar) , estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da ENBPar. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente. Em 2024 houve expressiva melhora operacional na geração de energia, reduzindo drasticamente o saldo a pagar. **11. Empréstimos:** A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	31/12/2024	31/12/2023	Vencimento	Periodicidade amortização	(taxa efetiva de juros)
Financiamento BNB (i)	16.690	28.744	30/06/2026	Mensal	8,08%a.a
Juros	1.207	2.313			
Total	**17.897**	**31.057**			

A movimentação do empréstimo está demonstrada a seguir:

Operação	31/12/2023	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31/12/2024
Financiamento BNB (i)	31.057	1.752	(12.055)	(2.857)	17.897
Total	**31.057**	**1.752**	**(12.055)**	**(2.857)**	**17.897**
Total circulante	**14.367**				**12.334**
Total não circulante (ii)	**16.690**				**5.563**

(i) Em 2006, a Companhia captou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A, o financiamento possui taxa de juros de 8,08% a.a. (podendo ser reduzido a 9,05% devido 15% de bônus de adimplência) exigíveis mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho 2026. (ii) De acordo com a curva de amortização do principal do Empréstimos, todo o saldo registrado no passivo não circulante será pago em 2026. **12. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos:** A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional	**73.578**	**73.101**
Base presunção IRPJ 8%	5.886	5.848
Base presunção CSLL 12%	8.829	8.772
Outras receitas	-	-
Receitas financeiras	**3.016**	**4.085**
Base de IRPJ	8.902	9.933
Despesa de IRPJ	**(2.202)**	**(2.459)**
Base de CSLL	11.845	12.857
Despesa de CSLL	**(1.066)**	**(1.157)**
Despesa de IRPJ e CSLL	**(3.268)**	**(3.616)**
Imposto de renda e contribuição social diferido	(224)	(151)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3.044)	(3.465)

12.1. Imposto de renda e contribuição social a pagar - A movimentação de IRPJ e CSLL estão demonstradas a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial dos impostos a pagar	**111**	**492**
Impostos calculados	3.044	3.465
Impostos deduzido	(658)	(1.559)
Impostos pagos	(2.406)	(2.287)
Saldo final dos impostos a pagar	**91**	**111**

13. Dividendos a pagar: A movimentação de dividendos a pagar está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	Dividendos mínimo obrigatório	Dividendos adicionais	Distribuição de reserva de lucros	Dividendos pagos: Via dividendos intercalares	Dividendos pagos: Via distribuição da reserva de lucros	31/12/2024
Monte Pascoal Holding S.A..	-	11.921	15.357	24.422	(27.278)	(24.422)	-
Total	**-**	**11.921**	**15.357**	**24.422**	**(27.278)**	**(24.422)**	**-**

14. Provisão para contingências: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível. Em 31 de dezembro de 2024 a companhia possui 2 processos cíveis com prognóstico possível no valor total de R$ 3.737. **15. Patrimônio líquido:** Capital social - O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 87.810 (2023: R$ 87.810) e está representado por 85.171.811 (2023: 85.171.811) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, detidas integramente pela Monte Pascoal Holding S.A., que por sua vez é uma controlada integral da V2I Energia S.A

	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantidade de ações	R$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R$ mil	% do capital social
Monte Pascoal Holding	**87.810.191**	**87.810**	**100%**	87.810.191	87.810	100%
	87.810.191	**87.810**	**100%**	87.810.191	87.810	100%

Reserva legal - Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	50.193	49.917
Base da reserva legal	**50.193**	**49.917**
Reserva legal (5%)	2.510	2.496
Saldo inicial	**12.761**	**10.265**
Calculado no ano	2.510	2.496
Total	**15.271**	**12.761**

Dividendos - Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% (25% em 2023), ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	50.193	49.917
Reserva legal (5%)	(2.510)	(2.496)
Base para dividendos	**47.683**	**47.421**
Alíquota	25%	25%
Dividendos mínimos propostos	**11.921**	**11.855**
Dividendos adicionais	15.357	-
Total de dividendos propostos (i)	**27.278**	**11.855**

(i) Todos os dividendos propostos foram pagos durante o conforme demonstrado na nota 13. Reserva de lucro - Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	50.193	49.917
Reserva legal (5%)	(2.510)	(2.496)
Dividendos mínimos propostos	(11.921)	(11.855)
Dividendos adicionais	(15.357)	-
Reserva de lucros	**20.405**	**35.566**
Saldo inicial	**24.422**	**-**
Distribuição de reserva de lucros	(24.422)	(11.144)
Calculado no ano	20.405	35.566
Total	**20.405**	**24.422**

Lucro por ação - O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**50.193**	49.917
Lucro por ação	**0,5716**	0,5685

16. Receita operacional líquida: Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de geração	73.578	73.101
(-) Tributos sobre a receita	(2.686)	(2.668)
(-) Encargos do consumidor	(173)	-
Total	**70.719**	**70.433**

17. Custos dos bens construídos e serviços prestados: Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo com depreciação e amortização (i)	(6.152)	(6.170)
Custo com pessoal	(2.845)	(1.678)
Custo com matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica (ii)	(2.716)	(2.593)
Custo com serviços de terceiros	(2.597)	(4.669)
Custo com tributos	(630)	(328)
Custo com materiais	(406)	-
Custo com aluguéis	(362)	-
Demais custos	(954)	(326)
Custo com seguros	(756)	(755)
Total	**(17.418)**	**(16.519)**

(ii) O valor de depreciação de arrendamento é R$656 em 31/12/2024 e R$657em 31/12/2023 e o valor de depreciação de imobilizado é R$5.483 em 31/12/2024 e R$ 5.496 em 31/12/2023. O valor da amortização é de R$21 em 31/12/2024 e R$24 em 31/12/2023. (iii) No exercício de 2024, foi reconhecido no resultado o montante de R$2.716 (R$2.593 em 2023), referente ao prêmio do risco hidrológico repactuado contabilizado como custo de operação. **18. Outras despesas e receitas operacionais:** Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros	(326)	(461)
Depreciação e amortização	(8)	(7)
Gastos diversos	282	(245)
Despesa com internet e telefonia	-	(11)
Outras receitas e despesas operacionais	**(52)**	**(724)**

19. Resultado financeiro: Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Juros de empréstimos	(1.752)	(2.766)
Juros de arrendamento	(1.003)	(127)
Multas e acréscimos moratórios	(19)	(64)
IOF, Comissões e taxas	(30)	(65)
Outras despesas financeiras	-	(720)
Despesas Financeiras	**(2.804)**	**(3.742)**
Receita com aplicações financeiras	2.637	4.084
Juros sobre mútuo	34	-
Outras receitas financeiras	345	1
Receitas Financeiras	**3.016**	**4.085**
Resultado financeiro líquido	**212**	**343**

20. Seguros: As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2024, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas	Apólice	Vigência
Riscos Operacionais (a)	233.550	04669202410010118000270 9	24/11/2024 a 24/11/2025
Responsabilidade Civil (b)	30.000	16.51.0045087.28	25/11/2024 a 25/11/2025

a) Seguro de risco operacional, com apólice emitida pela Fairfax Seguradora, com limite máximo de indenização de R$ 233.550 milhões e um prêmio anual no valor de R$690.579. b) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice emitida pela Chubb Seguros, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R$ 30 milhões e um prêmio anual no valor de R$ 39.529. **21. Instrumentos financeiros:** Em 31 de dezembro de 2024, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	31/12/2024	31/12/2023
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	2	**1.143**	12.507
Títulos valores mobiliários	2	**4.125**	14.386
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
Contas a receber de clientes	2	**7.357**	9.288
Passivo mensurados pelo custo amortizado			
Empréstimos	2	**17.897**	31.057
Fornecedores	2	**4.331**	4.108
Arrendamentos	2	**8.397**	8.791

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; • Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e • Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado. **21.1. Fatores de risco financeiro -** As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. Risco de mercado - Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Risco de crédito - O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por um único cliente - Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar) via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição significativa da Companhia a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 5. Risco de capital - A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, O índice de endividamento é de 0,22% em 31 de dezembro de 2024. Riscos de taxa de juros - Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. Risco de liquidez - É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. **21.2. Gestão do capital -** A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. **22. Evento Subsequente:** A Companhia não reconhece nenhum evento subsequente relevante até o levantamento das demonstrações contábeis.

Diretoria executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca
Diretora

Vagner Alexandre Serratto
Diretor

Responsável técnico pelas demonstrações contábeis

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da **Energética Serra da Prata S.A. -** Rio de Janeiro – RJ - **Opinião -** Examinamos as demonstrações contábeis Energética Serra da Prata S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis** - A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de

SERRA DA PRATA ENERGIA

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

CNPJ/ME nº 05.982.449/0001-16

distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2025.

EY **ERNST & YOUNG**
Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-015199/F

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - RJ093771/O